

HISTÓRIA OFICIAL E ORAL E MODO DE VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO CAJARI

Kelvin Wendel Alfaia Santos¹

Vanessa Lima dos Santos Assunção²

Kátia Souza Rangel³

RESUMO

As reservas extrativistas surgiram em decorrência da necessidade de se traçar uma estratégia por parte do movimento seringueiro para assegurar a exploração tradicional dos seringais e a reprodução de sua subsistência e modo de vida, visto o avanço da fronteira agrícola na Amazônia. Em 1990, foi criada a primeira reserva, a de Alto Juruá (AC), consolidando o asseguro jurídico da reprodução territorial das populações tradicionais, conservacionistas culturais que, até então sem uma ideologia conservacionista, assim o eram e são devido à necessidade de manutenção do estoque dos recursos naturais. Mais três projetos foram aprovados pelo governo no mesmo ano, dentre as quais, a Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada em 12 de março de 1990, por meio do Decreto Federal Nº 99.145, compreendendo uma área que se estende pelos municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão, no estado do Amapá, Brasil. As comunidades tradicionais aí residentes, assim como as demais populações tradicionais, que surgiram nos interstícios dos ciclos econômicos, se formaram com o declínio da economia da borracha e do aviamento, fazendo com que os seringueiros passassem a subsistir principalmente da coleta de castanha, cuja produção era negociada com regatões. Essas comunidades se viram ameaçadas diante o projeto Jari, e passaram a integrar o movimento seringueiro, culminando na vindicação de criação da reserva extrativista. Outros atores sintagmáticos, no decorrer da história também imprimiram ameaças às populações locais. Diante o exposto, este trabalho tem como objetivo o estudo da história de ocupação da porção sul do estado do Amapá, onde se localiza a região do Vale do Jari, expondo a dinâmica de ocupação da região e os diversos atores e projetos e consequentes conflitos territoriais, além de caracterizar o modo de vidas das comunidades da RESEX do Rio Cajari, reafirmado após as reivindicações de implantação da Reserva. Quanto aos aspectos metodológicos: do ponto de vista dos procedimentos técnicos, este trabalho é baseado no estudo de caso; admitem-se a criação e recriação do campesinato e do latifúndio e a etnoconservação como teorias explicadoras do processo de recriação das técnicas de produção e relações de trabalho do campesinato baseadas no conhecimento tradicional, no modo de vida. Empregam-se como técnicas de pesquisa o levantamento bibliográfico e a realização de entrevistas com membros das comunidades por meio de roteiro semiestruturado, sendo o trabalho de campo baseado na história oral, que possibilita a reconstrução da história de vida das famílias. O que se constata é que o modo de vida dessas comunidades agroextrativistas tem sido valorizado, reafirmado e reelaborado.

Palavras-chave: história oral, modo de vida, comunidades tradicionais, trabalho familiar, Reserva Extrativista.

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia e aluno voluntário do Programa Institucional de Iniciação Científica (PROVIC) na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil.

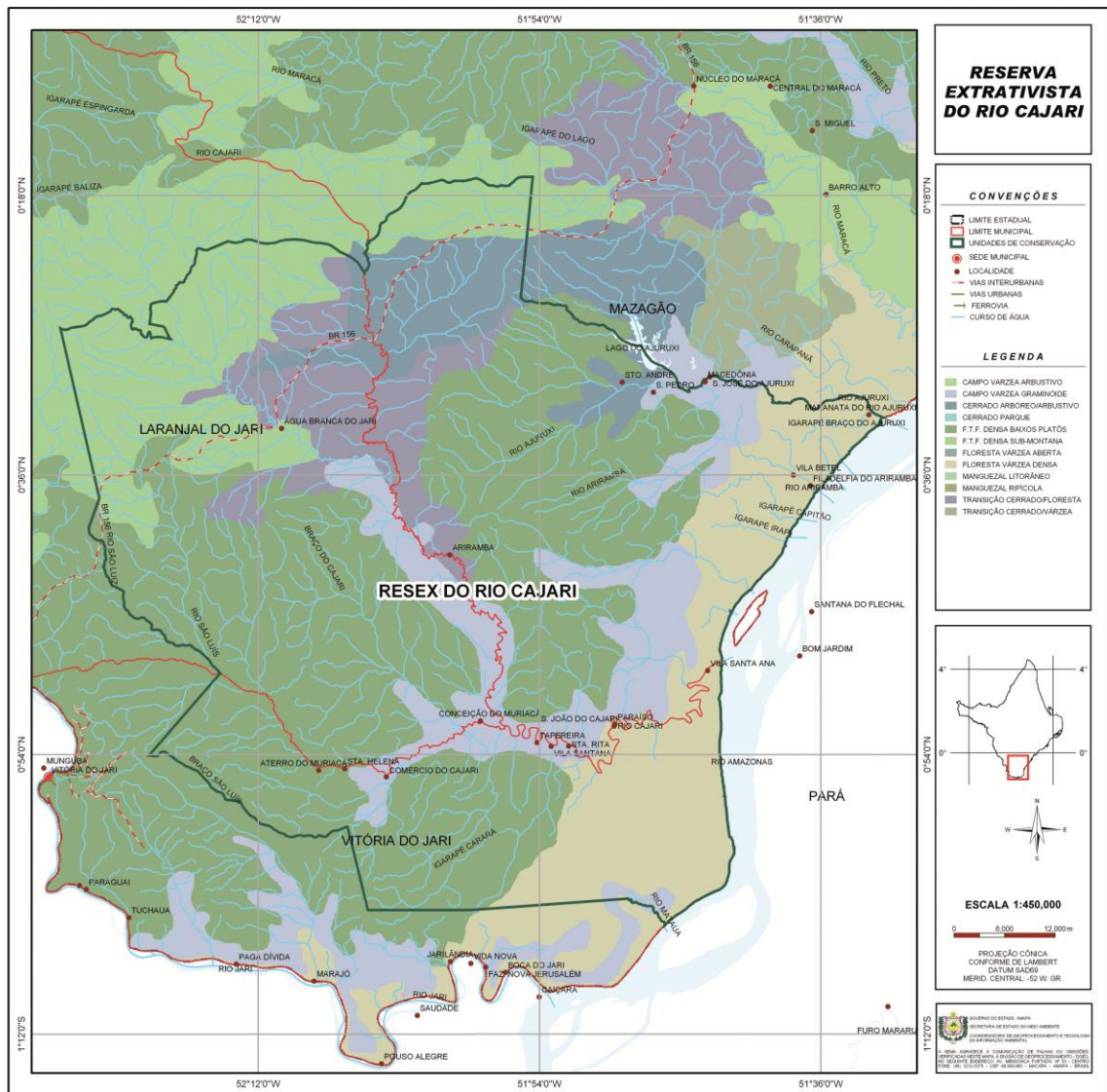
² Acadêmica do curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Federal do Amapá, Brasil.

³ Mestra em Ciências (Geografia Humana) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), onde desenvolve sua tese de doutoramento; professora assistente do Colegiado de Geografia na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo contrastar e complementar a história oficial com a história oral, acerca do processo de ocupação da região que hoje corresponde a RESEX (Reserva Extrativista) do Rio Cajari, assim como o processo de criação da Reserva, analisando neste interstício a luta por parte das comunidades para assegurarem seus territórios, suas territorialidades e a manutenção de seu modo de vida.

Mapa 1 – Localização da Reserva Extrativista do Rio Cajari



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá – SEMA.

A Reserva Extrativista do Rio Cajari foi criada em 12 de março de 1990, através do Decreto Federal Nº 99.145, abrangendo uma área hoje que se estende pelos municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão, estado do Amapá, Brasil (Mapa 1). As Reservas Extrativistas são uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, incorporadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000 (BRASIL, 2000).

No referido trabalho, admitem-se as teorias da criação e recriação do campesinato e do latifúndio (OLIVEIRA, 1987; 2007) e da etnoconservação (DIEGUES, 2000), como explicadoras do processo de recriação das técnicas de produção e relações de trabalho do campesinato e o modo de vida, baseados no conhecimento tradicional (RANGEL, 2011).

A criação e recriação do campesinato e do latifúndio diz respeito à permanência e aumento do campesinato na agricultura, no bojo do processo capitalista de produção, este que acaba por criar e recriar relações não capitalistas de produção, ensejando um modo contraditório de produção (OLIVEIRA, 2007).

A etnoconservação, por sua vez, aduz a ideias que contestam o preservacionismo — corrente que defende a preservação da natureza sem ocupação antrópica (DIEGUES, 1996) —, e que atestam para a reprodução de um modo de vida por parte das populações tradicionais que está conciliado com a conservação dos recursos naturais em seus territórios, a partir de um conhecimento tradicional acumulado (DIEGUES, 2000).

Dentre as técnicas de pesquisa, foram realizadas entrevistas com membros das comunidades por meio de roteiro semiestruturado, tendo como base a história oral — que é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social das pessoas (MEIHY, 1996, p. 13). Privilegiou-se neste trabalho a história oral de vida, que ressalta a subjetividade do sujeito que fala em suas experiências pessoais, mas que não se restringe a estas, isso porque a história oral “considera que a história abrange a todos – e que todas as experiências individuais são, por isso, históricas. Assim, prestigia o sujeito, qualquer sujeito, tão significativo quanto outro, dentro de seu grupo, como agente histórico” (o não grifo é nosso) (SANTHIAGO, 2008, p. 36).

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral (...) garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem (MEIHY, 1996, p. 10).

A história oral serve não apenas para contrastar a história oficial, mas também para complementá-la, ressaltando também seu papel social de afirmação do depoente⁴ como ator que engendrou e engendra a história, possuidor de uma identidade relevante neste processo, possibilitando assim a valorização de sua identidade e de seu modo de vida. “O valor da memória não está naquilo que o narrador possa esclarecer, informar (...) mas antes naquilo que ele pode transmitir como experiência vivida e revivida, como realidade subjetiva e única, como sabedoria, como ‘aura’” (GALLIAN, 1992 *apud* SANTHIAGO, 2008, p. 38). E aí reside o poder factual da história oral, ou seja, possibilita a articulação entre a informação factual e a informação subjetiva (SANTHIAGO, 2008, p. 39).

Com a história oral, é possível evidenciar a constituição e continuidade do modo de vida das comunidades tradicionais, estas que

[...] não se constituem apenas de grupos étnicos (indígenas, por exemplo) (...) são incluídas entre as chamadas sociedades rústicas, fazendo parte da sociedade dominante, embora muitas vezes de forma marginalizada. [...] utilizam em suas atividades de reprodução de seu modo de vida, recursos da natureza, sem impacto destrutivo por deterem um conhecimento etnoecológico desta e por dependerem da continuidade de recursos, seja prática ou simbolicamente para a manutenção de suas vidas (REZENDE DA SILVA, 2004, p. 121).

Por sua vez, o modo de vida, conforme Suzuki (1996, p. 190), “aponta para a visão de mundo que os moradores possuem em momento determinado, bem como as transformações que foram operadas em relação à percepção, à vivência e à concepção do espaço existentes em modo de vidas anteriores”; sendo o modo de vida reproduzido por essas comunidades caracteristicamente camponês.

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145).

O modo de vida camponês é baseado no trabalho familiar, que permite, por meio das várias atividades produtivas, a reprodução da economia de excedente⁵.

Conforme o exposto, o presente trabalho trata da história oficial acerca da ocupação e dos sujeitos que territorializaram a área que hoje corresponde à RESEX do Rio Cajari, até o século XVIII. Adiante, trata-se da história oficial e oral — esta última rememorada por indivíduos mais velhos dessas comunidades

⁴ O depoente é tratado por Meihy (1996, p. 28) como colaborador, na relação entrevistador-entrevistado.

⁵ A economia de excedente se dá “quando se produz de forma planejada, ainda, na roça, em que a produção será maior que o necessário à sobrevivência, devendo ser o excedente comercializado no mercado para a aquisição de outros bens” (LOMBA, 2011, p. 42).

que, contando suas histórias de vida, (re)contam a história do lugar e do modo de vida da população residente hoje na Reserva.

AS DIVERSAS TERRITORIALIZAÇÕES E ATORES DO/NO ESPAÇO ATÉ O SÉCULO XVIII

Brito (2005, p. 17) evidencia os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização na dinâmica de apropriação do espaço hoje amapaense. Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, sendo este último “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa)” (p. 143). A territorialização sob esta ótica seria então resultado da apropriação de um espaço.

Vários foram os atores sintagmáticos que protagonizaram a territorialização do espaço que hoje corresponde ao estado do Amapá — especialmente, neste estudo, a porção sul — e, portanto, várias foram as territorialidades empreendidas.

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

As diversas territorialidades imprimiram uma dinâmica de ocupação conflituosa na região. Quanto à historiografia regional, Filocreão (2007) propõe três fases referentes à formação socioeconômica, evidenciando a gênese e continuidade das atividades agroextrativistas, especialmente no estado do Amapá: o período da Amazônia colônia, correspondente à ocupação europeia; a fase áurea da borracha; e o período de intervencionismo estatal no projeto de uma integração da Amazônia.

Conforme muitos estudos acerca da pré-história da Amazônia, a área que hoje corresponde ao estado do Amapá foi ocupado por grupos indígenas pré-históricos muito antes da era cristã, sobretudo na parte sul, de acordo com indicações de estudos arqueológicos, possuindo como característica comum a agricultura itinerante, que consiste no preparo do solo por meio de queimada, derrubada e coivara, o que desgasta o solo rapidamente; e por base de alimentação, o cultivo da mandioca e/ou do milho, caça, pesca e coleta de frutos silvestres (NUNES FILHO, 2005 *apud* FILOCREÃO, 2007, p. 221).

Com a expansão comercial europeia, as terras amazônicas foram colonizadas e, uma vez sendo as terras descobertas e constatado seu potencial em riquezas naturais, várias nações europeias mostraram interesse, colocando em cheque a posse das nações ibéricas.

A reunificação dos reinos de Portugal e Espanha no período de 1580 a 1640 permitiu o acesso às terras que hoje correspondem ao estado do Amapá por parte dos portugueses, terras que então eram propriedade espanhola. Estas terras, que se estendiam do rio Amazonas ao rio Oiapoque, eram denominadas Guiana brasileira, e com muitas lutas sangrentas entre diversas nações e os lusos brasileiros, estes rechaçaram os interessados holandeses, ingleses e irlandeses, contudo, não frearam olhares cobiçosos dos franceses, que tinham posse vizinha na Caiena (FERREIRA REIS, 1993 *apud* FILOCREÃO, 2008, p. 224).

Na região de influência do rio Cajari, havia em 1623 dois assentamentos ingleses com plantio de tabaco, no rio denominado por eles, de Okiri e pelos portugueses de rio Felipe, podendo ser o atual Ajuruxi ou o rio Cajari. Esses assentamentos foram organizados por Roger North, que propugnou a criação da Amazon Company na Inglaterra, com o objetivo de fundar uma verdadeira colônia na Amazônia, dedicada não somente a exploração de tabaco e algodão, mas também para plantar cana de açúcar e erigir engenhos; iniciando suas atividades em 1620 com o deslocamento de 2 navios de colonos para a região. Esta colonização foi considerada ilegal pelo rei da Inglaterra, por razões diplomáticas com a Espanha, o que redundou na suspensão da licença de funcionamento da companhia, na prisão de Roger North, e confisco da carga de seus navios ao retornar em 1621 a Inglaterra (LORIMER, 1989; CASTRO, 1999; FERREIRA REIS, 1982; SARNEY; COSTA, 2004 *apud* FILOCREÃO, 2008, p. 225-226).

Esses dois assentamentos — fortes Tiletilé e Uarimiuca — foram destruídos por Pedro Teixeira em 1625.

Para garantir a ocupação e poder viabilizar a exploração da colônia, a Coroa portuguesa instituiu em 1530 o Regime das Capitanias Hereditárias, criando posteriormente, em 1637, a capitania do Cabo do Norte (BRITO, 2005, p. 19), com limites entre Alenquer (PA) e a região do Oiapoque (AP), com limite a oeste pelo rio Paru (REIS, 1949 *apud* BRITO, *ibid.*). A capitania não foi efetivamente ocupada nem por seu donatário original nomeado, Bento Maciel Parente (que sequer assumiu a capitania) nem por seus herdeiros, tendo sido anexada à capitania do Grão-Pará, ainda no século XVII.

Segundo Porro(1996), na história indígena do rio Amazonas aconteceu um fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanhou os primeiros duzentos anos da ocupação européia e que irá resultar em meados do século XVIII numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentistas. Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas, devido a alta mortalidade por lutas e doenças trazidas pelos brancos; fugas para o interior, e, a sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização (tropas de resgates e missionários) (FILOCREÃO, 2008, p. 230).

Ainda que com um processo de dizimação de populações indígenas, muito do conhecimento tradicional desenvolvido por estas não é perdido, mas passa a estar intrínseca na reprodução da figura do tapuio

ou caboclo amazonense, e também da população branca e mameluca da região (PORRO, 1996 *apud* FILOCREÃO, *ibid.*).

No sul da área que hoje corresponde ao estado do Amapá, a espoliação foi violenta, existindo apenas vestígios da população indígena nativa, lembrando que se tratava de um espaço densamente povoado. De acordo com o mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (FILOCREÃO, 2008, p. 230-231), habitavam as cabeceiras do rio Cajari, em 1741, os povos Arawak-Tocoyenne.

As políticas iluministas pombalinas marcam o fortalecimento de uma colonização centrada no Estado de forma militarizada. Marquês de Pombal ascende ao poder no período de 1750 a 1777, durante o reinado de D. José I, tendo como uma das maiores preocupações o vazio demográfico da região e a conseqüente ameaça ao efetivo controle territorial⁶. Ressalta-se neste contexto a ocupação da porção sul do que hoje corresponde ao território do estado do Amapá, na qual a política pombalina “contribuiu para a formação de um centro de exploração e irradiação econômica na região, com a fundação da vila Nova Mazagão” (FILOCREÃO, 2008, p. 235). Consolidada esta vila, os colonos portugueses iniciaram um movimento de exploração em direção ao rio Jari, até posteriormente o rio Cajari.

Em 1772 foi determinado pelo governador Ataíde Teive ao capitão Francisco Roberto Pimentel que explorasse o rio Cajari, para o estabelecimento de um povoado as suas margens, com índios que escolhesse e conseguisse manter reduzido (FILOCREÃO, 2008, p. 236).

O povoado constituído de 29 famílias foi denominado de Sant’Anna do Rio Cajary. O capitão Francisco Pimentel dirigiu o povoado até 1775, passando o cargo ao seu filho. Contudo, a ineficiência administrativa dos sucessores ocasionou um declínio, acarretando seu fim em 1850 (PARÁ, 1916 *apud* FILOCREÃO, 2008, p. 236).

HISTÓRICO E MODO DE VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA RESEX

A dinâmica de ocupação na Amazônia só é intensificada no ciclo econômico da borracha, em meados do século XIX, assistido por um intenso processo de migração aos seringais nativos, constituído, sobretudo por nordestinos. O ciclo econômico da borracha passara pelas fases de: decadência (1800 a 1840), expansão gomífera (1840 a 1910); declínio (1910 a 1920); recuperação (1920 a 1940) e crescimento moderado (1940-1970), sendo atualmente um recurso sem grande potencial econômico. No entanto, a exploração da borracha não proporcionou uma significativa ocupação no espaço que

⁶ É neste contexto que se funda a Vila de São José de Macapá (1752) e a Vila Nova de Mazagão; também se incentiva à migração de escravos negros, dentre outras medidas.

hoje corresponde ao estado do Amapá, isso porque essa atividade foi pouco desenvolvida, sobretudo em função das condições geográficas deste espaço.

Seu Raimundo⁷, morador da comunidade Marinho, RESEX do Rio Cajari, afirmara que muitas famílias se instalaram na porção sul do estado muito mais em função da castanha do que pela extração gomífera. Corroborava para tal a fala de Lins (2001 *apud* FILOCREÃO, 2008, p. 247), segundo o qual a castanha-do-brasil era o maior negócio de José Júlio, posterior dono das terras da região e patrão dos seringueiros e castanheiros ali residentes, ainda que, segundo Seu Raimundo, o que “dava dinheiro era seringa”.

Esta forma de produção foi baseada numa forma de financiamento chamada de sistema de aviamento, no qual o comerciante fornecia de forma antecipada as mercadorias básicas necessárias à subsistência do seringueiro e/ou castanheiro, este que pagava com a sua produção. Os preços eram exorbitantes, como ilustra Seu Raimundo em entrevista, de forma a criar uma dívida que perpetuasse a permanência da mão de obra sob domínio do seringalista, do patrão: “Olha, eu cheguei a trocar um quilo de charque por uma barrica⁸ de castanha; um par de bota era cinco barrica de castanha (...). [Para] Um quilo de charque, ainda ficava devendo cinco centavo”. Seu Raimundo afirmara que “não se falava em dinheiro nesse tempo aqui [na região]”.

Seu Raimundo – Até que teve um tempo que, o pessoal fala... Eu não sou desse tempo (...). Teve um tempo que meus pais, os vizinhos falavam que quem falasse em dinheiro pegava [surra]. Meus pais quando chegaram aqui, não tinha mais esse negócio de apanhar, não. Alguns que eles, às vezes, lá pelo centro, né, da mata, eles mandavam surrar, diz que, né. (...) Fazia qualquer coisa errada do que eles queriam, apanhava, né. (...) Mas, assim, nas escondidas lá pelos... Ainda teve gente que apanhou, eles falavam. Desobedecia a ordem deles (...), [se era] pra fazer isso, tinha que fazer. E se desobedecesse, apanhava.
Mayda Vasconcelos – Quem era o patrão dessa época [em que se] apanhava?
Seu Raimundo – O patrão já era... Gente do Zé Júlio: esse Crispin de Almeida (...).
(Seu Raimundo, entrevistado por Kelvin Alfaia, Vanessa Lima e Mayda Vasconcelos em 10/02/2013).

O declínio do ciclo da borracha se deu em decorrência da concorrência com a Ásia, que produzia com custos inferiores, tendo sido recuperada durante a Segunda Guerra Mundial, de forma a atender às necessidades industriais bélicas dos aliados. Isso acarretou na falência do sistema de aviamento, gerando abandono dos seringais e o conseqüente inchaço nos meios urbanos e favelização. A crise foi

⁷ Raimundo Pereira de Vasconcelos, o Seu Raimundo, 76 anos, nasceu na área que hoje corresponde à RESEX do Rio Cajari, sendo membro da terceira geração de sua família desde a chegada da família Vasconcelos à região do Vale do Jari; tendo tido importante papel de conscientização das comunidades no sentido de vindicarem a implantação da Reserva. O mesmo concedeu entrevista que subsidia esta pesquisa, no dia 10 de fevereiro de 2013, em sua residência.

⁸ Uma barrica equivale a seis latas de 20 litros de castanha, conforme Seu Raimundo; uma barrica equivalia a Cr\$ 4 (cruzeiros) (moeda do Brasil que vigorou de 1942 a 1967, de 1970 a 1986 e de 1990 a 1993). Segundo o mesmo, a lata de leite custava Cr\$ 3,50 e o quilo do charque, Cr\$ 4,20.

atenuada pelas alternativas de utilização da força de trabalho na agricultura e em outras atividades extrativistas que se revalorizaram, como a castanha-do-brasil, coleta na qual se aproveitou a infraestrutura e o sistema de aviamento estruturados durante o ciclo da borracha. “A submissão do trabalho dos caboclos ao capital, dava-se através do comércio, e não pela expropriação das terras camponesas” (FILOCREÃO, 2008, p. 245).

No início da ascensão do ciclo da borracha, a posse legal da terra não era uma preocupação, o que proporcionou ao cearense coronel José Júlio de Andrade (o “Jararaca”), considerando sua importância política e econômica, a se apropriar de todas as terras de influência do rio Jari, tendo iniciado suas atividades nesta região em 1882 (HADDAD; BONELLI, 2006, p. 6). A expansão latifundiária do coronel alcançou as terras do rio Cajari, com o intuito de evitar as fugas de seus trabalhadores para aquela região, na qual a exploração comercial de castanha e látex até então era livre. Seus quase 3 mi de hectares de terras podem ter lhe colocado na posição de maior latifundiário do mundo (LINS, 2001 *apud* FILOCREÃO, 2008, p. 247). Seu Raimundo afirma que “O Zé Júlio se fazia dono de tudo, né. Quem tivesse dentro da área, que tivesse uma (...) área de trabalho, né, aí ficasse subordinado a ele. Não podia (...) enviar mercadorias pra terceiros, né”. O controle do patrão era tão rígido que, além das surras a quem desobedecesse as ordens descendentes, José Júlio também decidia quem casava com quem, como ilustrara Seu Raimundo: “Você não pode casar com a filha de fulano, você tem que casar com a fulana de tal’, que ele determinasse”.

Duas filiais foram implantadas na região do Cajari: uma em Santana e outra em Água Branca, sendo o controle do rio responsabilidade do Capitão Crispin de Almeida. As condições de exploração levaram centenas de seringueiros a se rebelarem contra José Júlio, tendo os revoltosos em 1928 fugido para Belém, onde denunciaram as condições de trabalho, e ganhado ampla atenção e comoção naquela cidade.

O contexto nacional da “Revolução de 1930” leva a uma centralização do poder federal e o enfraquecimento do poder oligárquico estadual (OLIVEIRA, 1995 *apud* FILOCREÃO, 2008, p. 249), fortalecendo ainda mais as possibilidades de um desfecho para a perversa territorialização de José Júlio. Perversa não apenas no sentido de ter expropriado posseiros no processo de sua ampliação fundiária, mas também no de subjugar e perpetuar a mão de obra por meio de uma relação violenta, gerando diferentes desterritorializações que ameaçaram a existência das famílias e seu modo de vida. Contudo, é neste período, conforme Filocreão (2008, p. 250), que se formam os principais povoados na região, dispostos geograficamente em torno dos depósitos de produção e barracões (aviamento).

A “perversidade” de um patrão poderia ser diferente da “generosidade” de outro. A percepção que os seringueiros e coletores tinham dos seringalistas é tratada por Rangel (2012), em entrevista ao mesmo

Seu Raimundo, no sentido de perceber o patrão “bom” e o “ruim” e o período “bom” e o “ruim”. Quanto a esta percepção, em entrevista que subsidia esta pesquisa, Seu Raimundo se lembrava do bom patrão: “quando ele matava um boi, ele mandava deixar dois quilos de carne pra cada [família] aqui. Se morava nas margens, ele mandava uma canoa (...); se morava no centro, ele mandava num burro”.

[...] para o senhor Raimundo, os padrões não são classificados como bons ou maus pela reprodução das relações de trabalho baseadas no aviamento, por obrigar as famílias a trabalharem em suas terras e consumir exclusivamente em seus barracões ou pelas difíceis condições de vida, mas pelas possibilidades de sobrevivência, alimentação e saúde, sobretudo no que se refere ao transporte dos doentes para hospitais nas cidades próximas.

[...]

Se por um lado José Fonseca, o patrão bom, custeou o tratamento do senhor Raimundo, fato rememorado por este com gratidão, por outro lado, é fácil reconhecer a generosidade dos padrões do período do aviamento com o objetivo de manter os trabalhadores em suas terras, sobretudo no período de uma economia em expansão, como a da borracha, que demandava a chegada de novos parentes das famílias que lá trabalhavam, dispostos a vender sua mão de obra em troca de subsistência (RANGEL, 2012, p. 5).

Em 1948, Crispin de Almeida se associa a um grupo de empresários portugueses e juntos compram as terras de José Júlio. No entanto, os caboclos continuam sobrevivendo com restrições impostas no sentido descendente, como a proibição de fazer agricultura.

Neste período, uma nova dinâmica de ocupação foi imputada à Amazônia por parte do governo federal, dentre as quais a criação dos territórios federais⁹, legitimados pela defesa territorial e desenvolvimento econômico do país, mas por trás desta máscara, o intuito de assegurar a exploração de recursos naturais. Com o regime militar, a região passa a ter um novo papel.

Nos anos de 1964-78 a economia amazônica ingressou na etapa da grande empresa privada nacional e estrangeira. Ao lado das práticas tradicionais de extrativismo mineral, vegetal e animal por um lado, e da ampla e esgarçada economia de subsistência, do tipo camponês, por outro, surgiu e expandiu-se a grande e média empresa privada (IANNI, 1986 *apud* FILOCREÃO).

As empresas são então fortemente subsidiadas pelo governo, ampliando suas territorializações no sentido de derrubar floresta para dar lugar às pastagens — expandindo a fronteira agrícola —, à extração de madeira e à mineração. Esses grandes projetos¹⁰ passaram a ameaçar as territorialidades e o modo de vida tradicional das comunidades que viviam da floresta.

⁹ Por serem administrados pelo Governo Federal, apresentavam centralização e concentração do poder político na forma dos Governadores que eram indicados, além do fato de não haver poderes legislativo e judiciário (BRITO, 2005, p. 22).

¹⁰ Há de ressaltar que todos esses empreendimentos na região amazônica eram altamente devastadores, ainda que o Governo Federal não visse esse cenário para o Amapá. É a partir da década de 1980 que as questões ambientais passam a ser consideradas, sobretudo quando do II Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil,

Neste cenário, diversos atores sintagmáticos divergem seus interesses territoriais, encetando uma complexa realidade, sob o que Becker (193, 1996, 1997 *apud* TRINDADE JR., 2004, p. 1) evidencia como paradigma da “economia de fronteira”.

Essa diversidade e complexidade nas formas de organizar a produção e usufruir os recursos naturais levam a Amazônia a se tornar palco dos mais diversos conflitos, que geralmente são resolvidos favoravelmente aos segmentos sociais mais poderosos (grandes projetos e fazendeiros) (FILOCREÃO, 2008, p. 253).

Enquanto esses segmentos sociais eram mais favorecidos, os produtores familiares (os posseiros, meeiros, rendeiros e até proprietários) vão sendo ameaçados e desterritorializados.

No Amapá, além da Indústria de Comércio e Minérios S/A (ICOMI), um segundo grande projeto fora instalado, em 1967: o Projeto Jari Celulose, pelo empresário estadunidense Daniel Ludwig, com três atividades desempenhadas (celulose, exploração mineral e agropecuária — arroz e gado). As terras foram vendidas pelo grupo de empresários portugueses e Crispin, encerrando o extrativismo empresarial na região do Vale do Jari.

O projeto Jari continuou com a exploração de castanha, até ter desistido da atividade em 1970, devido vários insucessos, tendo arrendado seus castanhais a empresa Amapá Importação e Exportação Ltda. (AMPEX), que também mostrou insucesso neste sentido. Em 1977, a Jari volta a comprar castanha, objetivando mitigar o abandono do serviço por parte de seus funcionários — já com pagamento à vista e não em troca. Com a crise da empresa, o Grupo CAEMI, em 1981, toma posse do projeto Jari, marcando uma fase de maior conflito com os posseiros, inclusive por meio de uma represália armada (FILOCREÃO, 2008). Mais uma vez, viam-se diante de um endividamento que os perpetuava na dependência rigorosa a padrões perversos. Além disso, segundo relatos do Seu Raimundo, tal projeto ameaçou um desmatamento de 20 km para cada margem da estrada, para plantação de pinhos (RANGEL, 2012, p. 11).

Essa situação de conflitos, na qual os atores sintagmáticos apoiados em seus projetos oficiais eram privilegiados em detrimento da população local, suscitou nesta a necessidade de se organizar com o intuito de manter suas territorialidades e seu modo de vida. Esse movimento de reivindicação iniciou no estado do Acre, com a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) já possuindo importantes figuras à frente, como Chico Mendes, Marina Silva, Osmarino Amâncio e Raimundo de Barros.

implementado pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, na qual foram instituídas várias unidades de conservação (UC) (BRITO, 2008, p. 25).

Para assegurar a reprodução do trabalho nas seringas e, portanto, seu modo de vida, os seringueiros propuseram a criação de reservas extrativistas. A luta ganha impulso no Amapá com o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), este que acaba por gerar uma pressão sobre o MIRAD/INCRA¹¹ para a regularização fundiária dos posseiros extrativistas. A antropóloga Mary Helena Allegretti e o documentarista Adrian Cowell acabam lançando a imagem de Chico Mendes ao mundo, dando maior visibilidade ao movimento e atraindo parceiros ambientalistas internacionais¹², como a ONG *Environmental Defense Fund* (EDF), que publicava as denúncias de desmatamento escritas por Chico no jornal *The New York Times* (RANGEL, 2012).

Neste processo de luta, as reuniões da CNS e de outras entidades envolvidas serviam para incitar na população a resistência às ameaças dos fazendeiros pecuaristas que queriam comprar o direito de posse dos seringais. Neste sentido, também foram organizados empates, que consistiam em cordões humanos de dezenas de pessoas para evitar o desmatamento.

Com a visita da Organização das Nações Unidas (ONU) nos seringais, e o posterior convite a Chico à reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o movimento ganhou força, mas também colocou Chico sob ameaça, o que culminou em sua morte, já que sua denúncia decorreu no impedimento de abertura de novas pastagens. O fatídico fato, contudo, serviu para alimentar ainda mais o movimento, devido à importância simbólica que Chico houvera personalizado em sua luta, culminando na criação das Reservas Extrativistas: do Alto Juruá (AC), Chico Mendes (AC) e a do Rio Cajari (AP).

Numa surpreendente mudança de rumo ideológico, as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao 'desenvolvimento', ou na melhor das hipóteses como candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente da modernidade. Essa mudança ocorreu basicamente pela associação entre essas populações e os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental (CUNHA, 2009, p. 277).

No sul do Amapá, segundo Seu Raimundo, as reuniões aconteciam em locais de difícil acesso (RANGEL, 2012, p. 11). Quem estava à frente das reivindicações da RESEX na região do Vale do Jari era Calixto e Domingos, conforme relata Seu Raimundo, mas outros foram se agregando nesta frente que objetivava convencer os demais a fortalecerem a luta; “Lá fora era o Pedro Ramos, (...) o irmão dele (...)”, que participavam das reuniões fora da região. “Esse Calixto, ele me disse mesmo, que ainda

¹¹ Ministério Extraordinário da Reforma Agrária/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹² A aliança entre os povos da floresta e os grupos ambientalistas envolveu como atores: seringueiros e lideranças extrativistas; e organizações como a Fundação SOS Mata Atlântica, a *World Wide Fund* (WWF) e a *Conservation International* (CI), além de universidades, funcionários de órgãos públicos e outros setores da sociedade civil organizada (RANGEL, 2012, p. 9).

dormiu no mato umas quantas noites. Porque a Jari (soube) que a gente ‘tava se organizando aqui”, pondo ameaça à vida de quem encabeçava a luta. Antes destes que pertenciam às comunidades, relata Seu Raimundo, os padres é que incitavam a população local — Ângelo Bunane e Domingos.

As Reservas Extrativistas possibilitaram e possibilitam a afirmação e valorização dos conhecimentos tradicionais por parte das populações, permitindo a estas reproduzir suas territorialidades, agora com asseguro jurídico, e seu modo de vida tradicional e camponês. “Elas [as RESEX] foram a ‘reforma agrária’ dos seringueiros” (SAWYER, 2011, p. 365).

As Reservas Extrativistas foram criadas no ano de 1990, nos estados do Acre e Amapá — neste último, a Reserva Extrativista do Rio Cajari, através do Decreto Federal Nº 99.145, em 12 de março de 1990, tendo uma área que se estende pelos municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, possibilitando uma territorialização assegurada juridicamente, de forma a possibilitar a reprodução do modo de vida das e pelas comunidades tradicionais da região.

O modo de vida das comunidades agroextrativistas da RESEX do Rio Cajari é baseado no trabalho familiar, sobretudo conforme os períodos produtivos das castanheiras. Rangel (2012) assim descreve o cronograma das atividades referentes à coleta deste recurso: em janeiro e fevereiro, há o planejamento da colheita, o que requer adquirir dinheiro para a compra dos mantimentos a serem transportados para os castanhais, em burros ou nas costas, caminhão ou barco. O dinheiro muitas vezes é adiantado em forma de pagamento pela compra das castanhas com os regatões e atravessadores da castanha; a coleta ocorre entre março e junho. Assim, os ouriços são quebrados e transportados, sendo parte deles usados como fonte de energia para cocção; em julho, a produção é beneficiada na cooperativa. Além da castanha *in natura*, também são comercializados castanha *dry*, castanha descascada e azeite de castanha; mais recentemente, as mulheres têm se organizado na produção de biscoitos de castanha.

Associado a coleta da castanha, as famílias reproduzem roças de mandioca, feijão, batata doce, milho, cará, fumo, coleta de sementes para a produção de óleos de andiroba, copaíba, uxi, pequiá e pracaxi, que são usados como remédio, repelente, cosméticos e, especificamente no caso da copaíba, contraceptivo, além da coleta de frutas como o açai, bacaba, bacuri, banana, buriti, cana de açúcar, cupuaçu, goiaba, laranja, entre muitas outras, caça de pequenos animais como anta, catitu, cutia, paca, quexada, veado e tatu, além da pesca no igarapé, de espécies como arará, aracu, piranha, surubim e traíra (RANGEL, 2012, p. 15).

Ainda que não haja propriedade privadas, os terrenos usados pelas famílias são respeitados, conforme a moral subjacente das comunidades, sendo os castanhais transferidos hereditariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de “ocupação” de uma Amazônia já ocupada, muitos projetos foram impostos, de forma a subjugar as populações locais, desterritorializando-as e lhes suprimindo a possibilidade de reproduzirem seus modos de vida e suas formas de trabalho. As populações indígenas na porção sul do hoje estado do Amapá foram dizimadas, mas seus saberes tradicionais continuaram sendo reproduzidos, a partir de uma reelaboração por parte do caboclo e do homem que ali havia chegado, ajudando a formar culturalmente a figura do caboclo.

Outros atores vão impondo suas ações ao longo da história, ditando dinâmicas de ocupação na Amazônia. O processo de ocupação na região do Vale do Jari se intensifica com o ciclo da borracha, contexto no qual, as famílias que atualmente vivem na RESEX do Rio Cajari, foram se fixando naquele espaço. A história dessas populações é marcada por diversas formas de subserviências, como o sistema de aviamento, empreendidas por atores que detinham projetos amparados oficialmente pelo governo.

No caso da região do Vale do Jari, a última grande ameaça foi o Projeto Jari, inserida num contexto no qual o governo federal havia imprimido à Amazônia um novo papel na economia nacional. No entanto, as lutas que as comunidades tradicionais traçaram, vincadas às lutas em outras partes da Região Norte (especialmente no Acre), lhe garantiram a segurança territorial e a possibilidade de dar continuidade ao seu modo de vida.

Neste sentido, as comunidades tradicionais podem reproduzir seus modos de vidas em territorialidades que lhe permitam a estabilidade para tal, de forma a darem continuidade ao seu modo de vida, que passa a ser reelaborado constantemente, mas valorizado, assim como sua identidade enquanto tais.

As práticas de uso sustentável têm fortes raízes culturais, baseadas em conhecimentos tradicionais sobre a flora e a fauna. Os saberes tradicionais são produzidos de forma coletiva, com base em ampla troca de informações, sendo transmitidos oralmente de uma geração para outra, ao menos localmente. Esse acervo constitui um patrimônio cultural e científico de grande relevância, que deve ser igualmente conservado (SAWYER, 2011, p. 372).

Desse modo, essas famílias podem continuar engendrando sua história, esta a ser rememorada pelos mais velhos e que não pode ser perdida entre as gerações, dada sua importância em riqueza histórica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 4 fev. 2013.

BRITO, Daguiete Gonçalves de. A produção do espaço amapaense e a gestão dos recursos naturais. In: PORTO, Jadson Luís Revelo; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; BRITO, Daguiete Gonçalves de. **Amapá: aspectos de uma Geografia em construção**. Macapá: Jadson Porto, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosas Naify, 2009. 440 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia**. As transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. 2007. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

HADDAD, Camila Jorge; BONELLI, Matheus Fortes. **Projeto Castanha-do-Brasil – Amapá**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006 (Projeto Conexão Local – Ano II).

LOMBA, Roni Mayer. **Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó - MS**. 2011. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional da modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, 2004, pp. 145-158.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. FFLCH/USP, 2007. 184 pp.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980]. 269 p.

RANGEL, Kátia Souza. **De bairro rural a território quilombola**: um estudo da comunidade do Mandira. 2011. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências [Geografia Humana]) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RANGEL, Kátia Souza. **Reserva Extrativista do Rio Cajari**: modo de vida, trabalho familiar e histórico de criação no contexto de organização política do movimento seringueiro. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012.

REZENDE DA SILVA, Simone. Questão agrária em Camburi: território, modo de vida e problemas fundiários. In: Levy, N. (Org.). **Ruralidades latinoamericanas** – identidades y luchas sociales. Buenos Aires: Clacso, 2004.

SANTHIAGO, Ricardo. **Da fonte oral à história oral**: debates sobre legitimidade. In: Saeculum – Revista de História [18], João Pessoa, jan./jun. 2008.

SAWYER, Donald. Unidades de conservação, uso sustentável e funções socioecossistêmicas na Amazônia e no Brasil. In: SAUER, Sergio; ALEMIDA, Wellington (Org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Universidade de Brasília, 2011.

SUZUKI, Júlio César. **Do povoado à cidade**: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

TRINDADE JR., Saint Claire Cordeiro da. **A questão urbana, o estatuto da cidade e o desafio da sustentabilidade na Amazônia**. In: Neto Silva (Org.). Políticas públicas e gestão local. 1. ed. Belém: FASE – Pará/Amazônia 2004, p. 55-66.